

JUSTIÇA & CIDADANIA

revistajc@revistajc.com.br - www.revistajc.com.br

Tolerância,
Justiça e Paz



MISSÃO CUMPRIDA

A ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NA POLÍTICA

Senador Edison Lobão

Defina-se, inicialmente, o que se entende por ética, administração pública e política - enquanto vocábulos inseridos no contexto da vida nacional brasileira. A palavra *política* traduz o conceito de arte ou ciência da organização, direção e administração das Nações ou Estados. Por Nação ou Estado entende-se o conjunto de indivíduos que habitam o mesmo território, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e obedecem à mesma lei.

Ressalte-se, pois, que a *administração pública* é uma forma de atuação política, e desse modo o Político e o Administrador público trabalham num mesmo campo, embora semeiem em setores distintos. Fundindo os conceitos do tema tratado aqui neste artigo, chegamos, *a fortiori*, à conclusão seguinte: fazer política, inclusive na forma de administração da coisa pública, é trabalhar para fazer progredir a sociedade brasileira, com base em preceitos que regulem os atos individuais e coletivos, segundo os valores de nossa cultura, com vistas à concretização da justiça e da equidade para todos os cidadãos.

No campo legislativo, não adianta apenas ter-se formulado uma regra formal (por exemplo, uma lei) se todos e cada um não estiverem intimamente convencidos da necessidade de observar tal regra, em nome de um valor, de um bem maior. Dessa dicotomia entre a norma elaborada e a não convicção de seu valor social é que surgiu, no Brasil, a famosa expressão das "leis que não pegam". Neste caso, a prevalência do todo sobre as partes, na complexidade social dos homens, é, contrariamente ao que se possa imaginar, justamente a

melhor garantia de satisfação da expectativa de realização pessoal dos indivíduos.

Contudo, o político vive intensamente o dilema da ética da convicção *versus* a ética da responsabilidade, em razão do compromisso que tem com a razão de Estado, com a coletividade que representa. Por isso, o político deve pesar, caso a caso, os desdobramentos previsíveis de suas decisões e considerá-los na sua escolha. É a ética da responsabilidade.

O fato de haver uma dualidade de mandamentos éticos, de o político ter de considerar a adequação entre meios e fins, bem como os resultados posteriores da decisão, não significa que todo curso de ação lhe seja permitido. Muito pelo contrário.

Sentimos que, atualmente, não há mais qualquer tolerância com o predomínio de interesses particulares ou setoriais sobre os interesses das pessoas humanas. Aqueles cujas ações tomam os demais homens como grandezas desprezíveis, ou a coisa pública como uma "ação entre amigos" ou o "quintal de sua casa", são execrados, tanto nas indignadas conversas particulares quanto, cada vez mais amiúde, no espaço público. Assim, criou-se, positivamente, um clima de clamor por "ética na política".

Vivemos numa cultura que admite ser a pessoa humana detentora de uma dignidade essencial específica, cujo valor se sobrepõe a quaisquer circunstâncias políticas, econômicas e sociais. Essa certeza coletiva profundamente enraizada inclui a concepção de que o homem em sociedade tem, no respeito aos demais, a garantia da consideração por sua dignidade própria. Não se admite que grupos, corporações, poderosos ou influentes, governantes ou parlamentares, parentes ou amigos, torçam a lei em seu benefício individual. Lealda-

de, amizade, sentimento, fidelidade ou parentesco podem ser bons e agradáveis aos diretamente interessados. Não podem, porém, de forma alguma, servir de pretexto para passar ao largo dos valores maiores da sociedade e para os infringir.

Só com a "boa política" - e com sua prática constante - afasta-se a "má política". Mas há um preço: não abdicar de sua dignidade e do exercício de sua cidadania. Temos de fazer o que se deseja que todos façam. Insistir diuturnamente, pelo exemplo principalmente, no processo dinâmico da história, nos valores, na sua sustentação e na sua vigência.

A saturação com o descalabro no funcionamento de alguns governos e com a falta de decoro de alguns governantes, políticos, administradores, funcionários é, infelizmente, um fato. Não é raro constatar-se uma espécie de neomaniqueísmo: são maus, ou supostamente "maus", os que governam; seriam "bons" todos os demais. Essa divisão simplista entre "bons" e "maus" revela um equívoco elementar na opinião pública e nos que a influenciam, formam ou conduzem. Esse equívoco é, muitas vezes, alimentado pela atuação dos meios de comunicação social, pela insistência indiscriminada de que a política e a atuação política sejam "culpadas" de conduta imoral até prova em contrário.

Cabe concluir, portanto, que a expectativa do cidadão comum é de que efetivamente sejam cumpridas as regras e respeitados os valores por aqueles que exigem seu cumprimento por parte dos cidadãos. Ou seja, o mandatário no Estado não é um cidadão "incomum", mas o primeiro, entre os servidores da sociedade e de seus valores, na defesa da ética na administração pública e na política. Não há dúvida de que tais conceitos ganham amplo terreno em todas as camadas sociais e se vão consolidando na consciência dos brasileiros. É uma expectativa feliz para uma Nação democrática.